

Ata da 8ª Sessão Ordinária do 5º Período da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em 25 de junho de abril de 2013, com início às quatorze horas e quarenta e um minutos; sob a Presidência do Vereador **MARCIO PACHECO**, este ressaltou tratar-se de sessão importante, provavelmente a mais importante do ano até o momento, até pelo número de pessoas presente, expressou o respeito por todos e externou o desejo de recíproca., cumprimentou a imprensa e sob a proteção de Deus deu por aberta a presente sessão. Na oportunidade secretariada pelo Vereador **GUGU BUENO** e com a presença dos Vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Rodrigues, Fernando Winter, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Porto, Pedro Martendal de Araujo, Marcos Rios, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnin, Esteve ausente o Vereador Paulo Bebber, sendo que após a chamada informou a existência do número regimental. No uso da palavra o Senhor Presidente assim se manifestou: “Senhores um pequeno comentário extraordinário neste dia por conta da necessidade em nosso entendimento em relação à sessão de ontem ainda. Eu fiquei um tanto quanto aflito com as manchetes do dia de hoje, várias imagens, várias filmagens, algumas inclusive, que nós temos em apartado que demonstram claramente ter havido ontem alguns excessos. Especialmente que está demonstrado inclusive, com fisionomias por parte de alguns servidores do Poder Executivo Municipal. Os excessos cometidos na Câmara, os problemas da Câmara nós resolvemos. Não acho que seja pertinente, não é interessante, é desagradável, é inoportuno e desrespeitoso que qualquer servidor do Paço Municipal tome qualquer atitude dentro deste Poder Legislativo. Aqui quem comanda o Poder Legislativo e quem toma as decisões de afastar alguém ou não, somos nós. (Aplausos). Então, não! (Aplausos). Senhores tenham a certeza de que eu não estou falando isto para ser aplaudido, estou falando porque realmente é uma questão de ordem. Eu entendo que as questões regimentais nós temos que decidir de acordo com o regimento. Manifestação não é crime. Os policiais que estão aqui, os policiais militares que estão aqui a nossa solicitação, nós solicitamos, eu solicitei o policiamento. Quem faz o policiamento é o Comandante da Operação que é o Capitão Cicero, ele quem designa, e que entende quais são os locais mais razoáveis e necessário para que cada um esteja presente. E tem a minha autorização para que aqui esteja. No dia de ontem, reafirmo, algumas informações desconhecidas e equivocadas eu não determinei a retirada de ninguém do plenário no dia de ontem. Não determinei e, inclusive, as fotos demonstram isto, foram retiradas por algumas pessoas que tem o direito, sim, qualquer do povo pode e o policial militar deve e é só nestas circunstâncias que eles atuarão, quando alguém for verificado cometendo algum tipo de delito. Já disse: manifestação não é crime, as questões regimentais nós resolvemos. Então, os policiais atuarão se verificarem que algum crime está ocorrendo. Questões que dizem respeito ao regimento, eu vou ler já no início para saber o que o nosso regimento diz, e eu gostaria muito que os senhores respeitassem até porque nós temos que dar andamento as votações, em algum momento nós teremos que votar. Estas questões nós resolvemos aqui, da maneira que nós tivermos condições de resolver. Então, eu vou ler para os senhores o artigo 207, que eu já li ontem. Não sou eu quem peço, não fomos nós quem escrevemos este regimento, está contido e eu prometi cumprir e fazer cumprir este regimento, portanto, isto é o que está no regimento e eu peço aos senhores respeitosamente que se cumpra esta determinação regimental que consta no artigo 207: Qualquer cidadão poderá assistir as sessões da Câmara, na parte que lhe é reservada desde que, a parte que é reservada aos senhores, apresente-se decentemente trajado, não porte armas, conserve-se em silêncio durante os trabalhos, não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passa em plenário, respeite os vereadores, atenda as determinações da Mesa e não interpele os vereadores. Isto é uma questão regimental e que eu peço aos senhores, com todo o respeito, que seja respeitado, até para que a gente possa dar andamento nos trabalhos senão

nós vamos ter que voltar amanhã, voltar outro dia e um dia nós vamos ter que votar, deliberar sobre estas questões. Para finalizar eu procurarei conduzir esta sessão com a maior isenção possível, haverá certamente excessos de ambos os lados; pessoas que defendem os projetos e pessoas que não defendem. Haverá talvez, excessos por parte dos próprios vereadores dos que defendem e dos que não defendem, e eu tenho que ser aqui um mediador. Certamente agradarei uns, não agradarei outros, procurarei ser isento, procurarei agir como preciso agir, mas não tenho nada pessoal contra ninguém, mas preciso conduzir esta Sessão. Alguém tem que conduzir e foi pra isto que nós tivemos a graça de Deus de ser eleito. Então vamos, depois destas considerações iniciais, havendo o número regimental conforme a chamada já elaborada pelo Senhor Secretário, eu solicito ao senhor Secretário que faça a leitura do sumário do expediente recebido pela Mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE** - Neste período foram lidas as seguintes matérias: Ofício do Gabinete do vereador Paulo Dileto Bebber comunicando sua ausência na sessão de 25/06/2013. Parecer da Comissão de Justiça e Redação favorável a Emenda 01 ao Projeto de Lei Ordinária 122/2013 às Emendas 001, 002, 003, 005, 007, 008, 009, 010 e 011 ao Projeto de Lei Ordinária 129/2013 e contrário às Emendas 004, 006 e 012 ao Projeto de Lei Ordinária 129/2013. Parecer da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento, favorável ao Projeto de Lei Ordinária 106/2013, às Emendas 002, 003, 004, 008, 009, 010, 011 e 012 ao Projeto de Lei Ordinária 129/2013 e a Emenda 001 ao Projeto de Lei Ordinária 122/2013 e contrário às Emendas 001 a 005 ao Projeto de Lei Ordinária 129/2013. Parecer da Comissão de Viação, Obras Públicas e Urbanismo contrário à Emenda 001 ao Projeto de Lei Ordinária 122/2013. Parecer da Comissão de Trabalho e Legislação Social favorável às Emendas 001, 002, 003, 004, 005, 006, 007, 008, 009, 010, 011 e 012 ao Projeto de Lei Ordinária 129/2013. Emenda 001 ao Projeto de Lei Ordinária 122/2013. Emendas 001 a 012 ao Projeto de Lei Ordinária 129/2013. Requerimentos de 152 a 168/2013. Indicações de 759 a 787/2013. Finda que está à leitura da matéria de expediente informou a inexistência de inscritos para falar no Grande Expediente. O senhor Presidente comunicou a existência de 12 Emendas sem parecer, esclarecendo a possibilidade das mesmas serem protocolizadas até o início dos trabalhos e deliberou pela suspensão da Sessão por 20 minutos, passível de ser ampliado, a fim de que as Comissões de: Justiça e Redação, Finança e Orçamento, Legislação e Trabalho exarassem os respectivos pareceres. Em seguida o Senhor Presidente deixou a palavra livre aos senhores vereadores para **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA** - Com a palavra o vereador Rui Capelão pediu primeiro destaque nos termos do artigo 159 cc art. 119, inciso XIV do Regimento Interno para os artigos 7º ao 13 do anexo IV, do artigo 14 do Anteprojeto de Lei 129/2013 e como segundo destaque também, o artigo 14 *caput* e anexo I e II do Anteprojeto de Lei 129/2013, pediu preferência na deliberação do plenário do Anteprojeto de Lei 129/2013, sem os destaques nos termos do artigo 120, inciso IX do Regimento Interno. O Presidente retomando a palavra e com base no artigo 119, inciso XIV deferiu a solicitação de destaque do vereador Rui Capelão, determinando ao Procurador Jurídico e o Diretor Legislativo ultimar as devidas providências, no sentido de organizar o solicitado. Usando a palavra o vereador Pedro Martendal pediu destaque para a indicação 785, no que foi atendido. Aprovadas pela totalidade dos vereadores presentes as atas das 5ª e 6ª Sessões Ordinárias. Prosseguindo teve início a discussão o Parecer Contrário da Comissão de Viação, Obras Públicas e Urbanismo a Emenda nº 001/2013 do Anteprojeto de Lei 122, proposta pelo vereador Rui Capelão defendendo a necessidade de infraestrutura necessária e lamentando que em 2001 o Jardim Quebec foi forçado a absorver 40 novas moradias, em prejuízo da instalação de escolas, campos esportivos, além de outros itens importantes, ressaltou não ser contrário ao Programa Minha Casa Minha Vida, mas lamentando a remessa do projeto em cima da hora e ao fato de que a sua não aprovação implicaria na perda de 160 casas. Na sequência o Presidente esclarece que houve parecer contrário da Comissão de Viação e Obras Públicas a mencionada Emenda e abre a palavra para o presidente da mesma. O vereador Fernando Winter no uso da palavra lastima a posição do vereador Rui Capelão em face do sonho inerente a todos da casa própria e esclarece

que nas proximidades existe o Bairro XIV de Novembro dotado de boa infraestrutura, pelo que não se pode perder os benefícios do Programa Minha Casa Minha Vida, que beneficia pessoas que ganham até 3 salários mínimos. O vereador Claudio Gaitero também, usou a palavra e esclareceu que seriam construídos 128 apartamentos, com 43 metros quadrados, com toda a infraestrutura: salão de festa, playground e estacionamento; esclareceu também, que na quadra, foram deixados 1.700 metros quadrados para as UP's, Utilidade Pública. (manifestação da assistência). O vereador Gugu solicitou o cumprimento do art. 207, inciso IV para manutenção da ordem nos trabalhos. Ato contínuo, o Presidente procedeu a leitura do referido artigo, solicitando aos presentes que se contivessem nas suas manifestações. Concluindo o vereador Claudio Gaitero ressaltou os esforços do CONCIDADE, SINDUSCON, Movimento Nacional de Luta pela Moradia, AEAC, COHAVEL que foram buscar 7 milhões de reais para construção destes apartamentos. No uso da palavra, o vereador Gugu Bueno solicitou voto favorável ao parecer da Comissão de Viação e Obras Públicas. O Presidente expõe que a discussão deve ser pautada no parecer contrário da Comissão de Viação e Obras Públicas e determina ao Senhor Secretário que proceda a votação nominal do parecer contrário, que obtém 15 votos favoráveis e 04 contrários, sendo portanto aprovado. Foram favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Gugu Bueno, Claudio Rodrigues, Fernando Winter, Jaime Vasatta, João Paulo de Lima, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Porto, Pedro Martendal de Araujo, Marcos Rios, Romulo Quintino, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini, e contrários os vereadores Jeovane Machado, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti e Rui Capelão. Em 2ª discussão do Anteprojeto 122/2013, usou a palavra o vereador Jorge Menegatti que mencionou a indignação dos moradores locais com a construção de 128 apartamentos especificamente na quadra 007 do Loteamento Quebec, já que desde a sua criação estava destinado a ser ali área de lazer, destacando a existência de abaixo assinado com 298 nomes; pontuou ainda a que em conversa com o Prefeito ele se comprometeu a arrumar outra área se fosse este o anseio da comunidade, pelo que em face do compromisso assumido, votaria favoravelmente ao referido anteprojeto. O vereador Paulo Porto no uso da palavra defendeu que fosse revista a posição de colocar a classe trabalhadora na periferia, defendendo que o seu lugar é no centro e em pequenos condomínios. O vereador Wanderlei usando também a palavra, afirmou que em se tratando do Programa Minha Casa Minha Vida ou de habitações populares o assunto deveria ser discutido com os Conselhos e por meio de audiência pública, nas próximas ocasiões. O vereador Rui Capelão defendeu a existência de muitas áreas em Cascavel que poderiam ser destinadas a estes programas, sem prejuízo da comunidade local. O vereador Jorge Bocasanta: também, defendeu a necessidade de planejamento para 20 a 50 anos, mencionando que as casas deveriam ter ao menos 60 metros para dar dignidade aos seus moradores, protestando ainda contra os reiterados pedidos de urgência. Jorge Menegatti: apoiou a necessidade de planejamento. Na sequência atendendo a solicitação para votação nominal efetuada pelo vereador Gugu Bueno, o Presidente determinou ao Senhor Secretário a votação nominal do Anteprojeto 122/2013 o qual foi aprovado pela totalidade dos vereadores presentes. Em 2ª discussão o Anteprojeto 123/2013, esclarecendo que de acordo com o regimento cada vereador teria um tempo para falar e que isto poderia ser acompanhado pelo telão. O vereador Jorge Menegatti no uso da palavra afirmou que este projeto é parecido com o anterior, apenas ampliado para 248 apartamentos e 249 casas, concentradas no Loteamento Gralha Azul, ressaltou a necessidade de planejamento e de aprovação para não perder a verba. O vereador Rui Capelão, no uso da palavra defendeu a necessidade de infraestrutura, de escolas e CEMEI's nestes locais. Em votação nominal o Anteprojeto 123/2013 foi aprovado também, pela totalidade dos vereadores presentes. Em 2ª discussão o Anteprojeto 128/2013, tendo feito uso da palavra o vereador Jorge Bocasanta lamentou que os funcionários ganhassem cada vez menos, protestou por remuneração digna manifestando-se contrário a reposição de 6% em duas vezes, ou seja, 3% e mais 3% e que gostaria de estar votando a concessão de 12%. (manifestação da assistência). O vereador Gugu Bueno protestou pela manutenção de ordem no plenário, e o

Presidente no uso da palavra expressou o desejo de coibir toda e qualquer manifestação isolada de agressão contra os vereadores, conclamando a recíproca de um tratamento respeitoso. O vereador Paulo Porto no uso da palavra, disse não ter como deixar de votar a favor do aumento do trabalhador, mas esclarecendo que os servidores estão com uma perda de 25, 5%, acumulado de 2001 até 2013, ressaltando a competência de cada um dos poderes: executivo, legislativo e judiciário. Em uso da palavra o vereador Rui Capelão se manifestou contra a corrupção, negociatas, os problemas de saúde, defendendo salários mais dignos para os servidores municipais. Na sequência, o vereador Jorge Bocasanta defendeu a distinção dos servidores concursados dos servidores nomeados, lamentando que o servidor de carreira tivesse que pagar pelo não concursado que foi beneficiado com o aumento em cascata. O Presidente pediu ao senhor secretário que submetesse em segunda votação nominal o Anteprojeto 128/2013 o qual foi aprovado pela totalidade dos senhores vereadores. No transcorrer da Sessão, o Presidente solicitou ao senhor diretor legislativo que explicasse aos presentes, o destaque solicitado pelo vereador Rui Capelão, no tocante ao Anteprojeto 129/2013. O senhor diretor legislativo esclareceu que o pedido formulado, a despeito de incomum era regimental, e visava separar a parte de acordos da parte polêmica. Explicou que o vereador Rui Capelão pediu 2 destaques, a saber: primeiro: separar os artigos do 7º ao 13 e o Anexo IV do projeto de Lei, segundo: o artigo 14 e os Anexos I e II que falam especificamente dos cargos comissionados. Explicou que o projeto seria votado em blocos, vez que o vereador solicitou preferência para que fosse votado primeiro a parte não destacada, ou sejam, os artigos do 1º ao 6º e os artigos 15 e 16 e o Anexo III. Prosseguiu afirmando que seria votado o primeiro destaque e o segundo destaque. Acrescentou que em razão das emendas com peculiaridades próprias teriam que ser votadas antes, haja vista que a aprovação de alguma delas poderiam inclusive prejudicar o destaque, mencionando que observados os trâmites adequados ao terminar a última votação o projeto inteiro estaria votado, sem qualquer comprometimento legal. O Presidente agradeceu os esclarecimentos e submeteu a discussão as emendas 8, 9, 11 e 12. O vereador Paulo Porto no uso da palavra requereu a retirada das emendas 2, 11 e 3. O presidente com base no art. 119, inciso VI e VII deferiu a solicitação do vereador. Submetida a discussão a emenda 08 aditiva da bancada do governo, pediu a palavra o vereador Gugu Bueno que esclareceu que a referida emenda nasceu de uma discussão com o pessoal SINTROVEL e que graças as conversações com os técnicos e o Prefeito foi possível inserir licença maternidade, paternidade e adotante. O vereador Jorge Bocasanta protestou que o funcionário efetivo ao ocupar cargo eletivo deveria também ser contemplado na emenda. O vereador Nei interveio e esclareceu que tal possibilidade não seria possível em razão de dispositivo constitucional. O vereador Gugu pontuou que adstrito a legalidade ainda assim conseguiu ampliação para licença maternidade, paternidade e adotante. Em votação nominal a emenda aditiva 8 ao Projeto 129/2013 foi aprovada pela totalidade dos vereadores. (Aplausos). Em discussão a emenda 9 supressiva da bancada do governo ao Projeto 129/2013., usou a palavra o vereador Gugu Bueno defendendo a licença para capacitação, licença para o mandato sindical e licença para exercício de mandato em associação sem prejuízo da promoção. O vereador Jorge Bocasanta no uso da palavra protestou que não se contemplava o mandato de vereador, mas o de sindicalista, sim. O vereador Paulo Porto ressaltou a importância de discutir com a categoria os planos de carreira e vencimento, enaltecendo o fato da base ter corrigido algumas distorções, mas lamentou a sobreposição de emendas, defendeu a importância dos sindicatos. O vereador Jorge Bocasanta lastimou a pouca representatividade de alguns sindicatos em relação ao seu número. O vereador Gugu Bueno agradeceu o apoio e lamentou a insatisfação permanente (Aplauso), ao tempo em que o vereador Paulo Porto rebateu que é esta insatisfação que faz avançar. O vereador Jorge Menegatti cumprimentou ao vereador Gugu pela emenda, explanando que se cogitava nos corredores de que ele seria aprovado sem qualquer emenda, acrescentando quer era um ato de heroísmo rever quando se estava errado, relatando que os funcionários do comércio receberam 9%. Em uso da palavra o vereador Jorge Bocasanta

explicou não ter se referido aos sindicatos sérios, mas sim do sindicato que aceitou esta esmola de 3 + 3 %. O vereador Paulo Porto defendeu o SINUVEL, afirmando ser ele também, um sindicato sério. O vereador Gugu Bueno protestou por questão de ordem, a maior objetividade. (Aplausos). O Presidente determinou que houvesse maior objetividade nos debates e retornou a palavra ao vereador Jorge Menegatti que então, cumprimentou o vereador Gugu Bueno pela emenda e abertura do diálogo. O vereador Rui Capelão protestou contra a votação nominal e pediu reciprocidade da bancada no ato da votação. O vereador Jorge Bocasanta reiterou protesto para contagem do tempo de serviço o período no desempenho de cargo eletivo. O Presidente determinou ao senhor Secretário a votação nominal da emenda 09, que foi aprovada pela totalidade dos votos. Na sequência colocou em discussão o parecer contrário 168 da Comissão de Justiça, referente a emenda aditiva 012 de autoria do vereador Paulo Porto ao Anteprojeto 129/2013, pugnando pela objetividade e votação nominal, sendo aprovado o parecer contrário com 16 votos favoráveis e 03 contrários, sendo estes os dos vereadores: Jorge Menegatti, Paulo Porto e Rui Capelão. O presidente esclareceu que toda vez que o parecer contrário fosse aprovado, a emenda ficaria automaticamente rejeitada. Advertiu que a discussão da Ordem do Dia teria iniciada às 16: 00 horas e de acordo com o regimento interno, art. 80, inciso III, teria duração de 02 horas, prorrogável por mais 01 hora para apreciação e deliberação. Ato contínuo suspendeu a sessão por 10 minutos. Decorrido este lapso temporal, o Presidente convidou a retomada da sessão, informando que teria uma hora para deliberar em conformidade com o regimento interno. Dando prosseguimento submeteu a discussão o parecer contrário de nº 59 da Comissão de Economia e Orçamento, relativo a emenda 01 de 2013 , informando que a autoria da emenda era do vereador Rui Capelão. Em votação nominal o parecer contrário obteve 15 votos favoráveis e 4 contrários, sendo os que se posicionaram contrários os vereadores : Paulo Porto, Rui Capelão, Vanderlei A. da Silva e Walmir Severgnini. No transcorrer foi submetida a discussão o parecer contrário da Comissão de Justiça e Redação, referente a emenda 004, pelo que o vereador Paulo Porto requereu a exposição dos argumentos da aludida Comissão. O Presidente convocou o vereador Pedro Martendal então esclareceu que o entendimento era de que a função designada não teria direito a hora-extra e nem tampouco ao banco de horas, devido ao seu caráter análogo. Prosseguindo, o vereador Paulo Porto ressaltou que isto suprimiria a direitos dos funcionários em especial da educação e pediu votação contrária ao dito parecer. O vereador Rui Capelão também, explanou as particularidades dos que trabalham no interior, ressaltando a importância de cuidar do interesse público, mas também do funcionalismo. Em votação nominal o parecer contrário da Comissão de Economia e Finanças obteve 12 votos favoráveis e 07 contrários, sendo assim aprovado, foram contrários os vereadores: João Paulo, Jeovane Machado, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Paulo Porto, Rui Capelão, Vanderlei A. da Silva e Walmir Severgnini. O presidente colocou em discussão o parecer contrário da Comissão de Justiça a emenda 006 ao Projeto 129/2013. O vereador Paulo Porto solicitou a retirada desta emenda, e o Presidente com base no artigo 119 deferiu o pedido. O vereador Jorge Bocasanta questionou a possibilidade de retirada pelo vereador Paulo Porto, que esclareceu que na condição de proponente poderia fazê-lo. O Presidente acolheu a retirada da Emenda 006 de 2013 e deu início a terceira parte da solicitação do vereador Rui Capelão, ou seja, projeto 129/2013, com discussão dos artigos 1º ao 6º e 15 e 16 mais o Anexo III em bloco, ou seja, a essência do Projeto. O vereador Jorge Bocasanta questionou o artigo 2º, § único e pediu voto contrário a este artigo. O vereador Vanderlei usou a palavra para pedir votação imediata, a fim de não ocasionar prejuízo ao servidor. O Presidente adverte que o vereador tem o tempo de 10 minutos para falar, conforme estabelece o regimento e concedeu aparte ao vereador Jorge Bocasanta, que mencionou a possibilidade de emitir folha de pagamento suplementar. O vereador Vanderlei reiterou o pedido de agilizar a votação e o seu apoio aos servidores. O vereador. Paulo Porto defendeu a aprovação dos adicionais, a questão dos professores e afirmou que a polêmica estava nos cargos comissionados, portanto tinha que ser votado neste dia. O vereador Romulo Quintino parabenizou o vereador Rui Capelão e toda

oposição pela excelente manobra, e alertou que estariam tentando adiar a votação para o dia seguinte, e que prejudicaria o servidor, pois não haveria tempo hábil para a folha de pagamento em 1º de julho. O vereador Gugu Bueno requer questão de ordem, solicita o respeito de um dos cidadãos da assistência, pois do contrário solicitaria a retirada dele do plenário. (manifestação da assistência). O Presidente alerta que quanto mais o tempo passa, menor a possibilidade de deliberarem, alertou que faltava 25 minutos e que dependeria tão somente do consenso dos vereadores para colocar em votação naquela data. Concedeu a palavra ao vereador Rui Capelão que afirmou que a Casa trabalhava com 2 ou 3 Sessões e se necessário até mais, esclarecendo que não faziam manobra de malandragem, explicando que esta viria lá do Paço.(manifestação da assistência). O vereador Paulo Porto afirmou que se manobra existiu foi no sentido desfazer a do Executivo, que colocou a Casa refém de um projeto com três problemas. O vereador Jorge Menegatti rebateu que não poderia aceitar a culpa. O vereador Rui Capelão confirmou. O vereador Gugu Bueno protestou pela questão de ordem para dirimir dúvida regimental sobre o § único do artigo 80 do regimento da Casa, pelo que o Presidente esclareceu que a sessão terminaria às 19:20 horas. No uso da palavra o vereador Gugu Bueno expressou o esforço para deliberar naquela data, afirmando que iria usar o tempo para dizer o que não era o Anteprojeto 129/2013, pois quem sabe seria mais simples, afirmou que não se estava votando a criação de nenhum novo cargo, a votação se fazia necessária para atender a recomendação do Ministério Público e da Justiça, afirmou que a máquina da Prefeitura era complexa e defendeu a necessidade de ter pessoas em pontos chaves; concluiu dizendo que o aludido projeto não trazia prejuízo, mas sim trazia avanços significativos para os servidores públicos. (manifestações da assistência). O vereador Gugu Bueno solicitou ordem. O Presidente declarou que o vereador esta solicitando silêncio. O vereador Gugu Bueno no uso da palavra reiterou a necessidade de votar o anteprojeto para dar tempo de sancionar e apelou para a sensibilidade dos vereadores. O Presidente alertou que haveria 04 minutos para votar o projeto. O vereador Luiz Frare solicitou a palavra, que lhe foi concedida. (manifestação da assistência). O Presidente explicou que disporia de 03 minutos, tempo restante. O vereador Luiz Frare, afirmou a convicção de que o anteprojeto 129/2013 foi confeccionado por servidores do município em conjunto com várias secretarias, jurídico, recursos humanos, administração que mais do que ninguém teria a responsabilidade de representar os servidores e que eles não teriam perda nenhuma, afirmou que se tratava apenas, da regulamentação de uma lei. O presidente com base no art. 80, inciso III, declarou terminado o tempo que tinha para deliberar a ordem do dia e convocou Sessão Extraordinária para o dia seguinte às dezenove e trinta horas, e deu todos os vereadores por convocados. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi lavrar por mim, Kleide Salete Mayer, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

MARCIO PACHECO
Presidente

GUGU BUENO
1º Secretário

